



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17273 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL E TEMPO INTEGRAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eriwelton Antonio de Holanda - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL E TEMPO INTEGRAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

---

## 1 INTRODUÇÃO

A educação integral e o ensino em tempo integral têm sido prioridades nas políticas públicas brasileiras para melhorar a qualidade educacional. Além de ampliar a jornada escolar, esse modelo visa uma formação que abrange dimensões físicas, emocionais, sociais e culturais dos estudantes. O objetivo é fortalecer a interação entre escola e comunidade, envolvendo todos os atores educacionais na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é crucial nesse contexto e aborda o tema nos artigos 29, 30, 34, 35, 35A e 87. A LDB define que a educação básica deve promover o desenvolvimento integral da criança e especifica jornadas escolares variadas, como quatro ou sete horas diárias, com foco na progressão para a jornada ampliada nos ensinos infantil e médio.

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 estabelece a meta de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo pelo menos 25% dos alunos da educação básica. Contudo, ao final do período, os objetivos não foram totalmente alcançados.

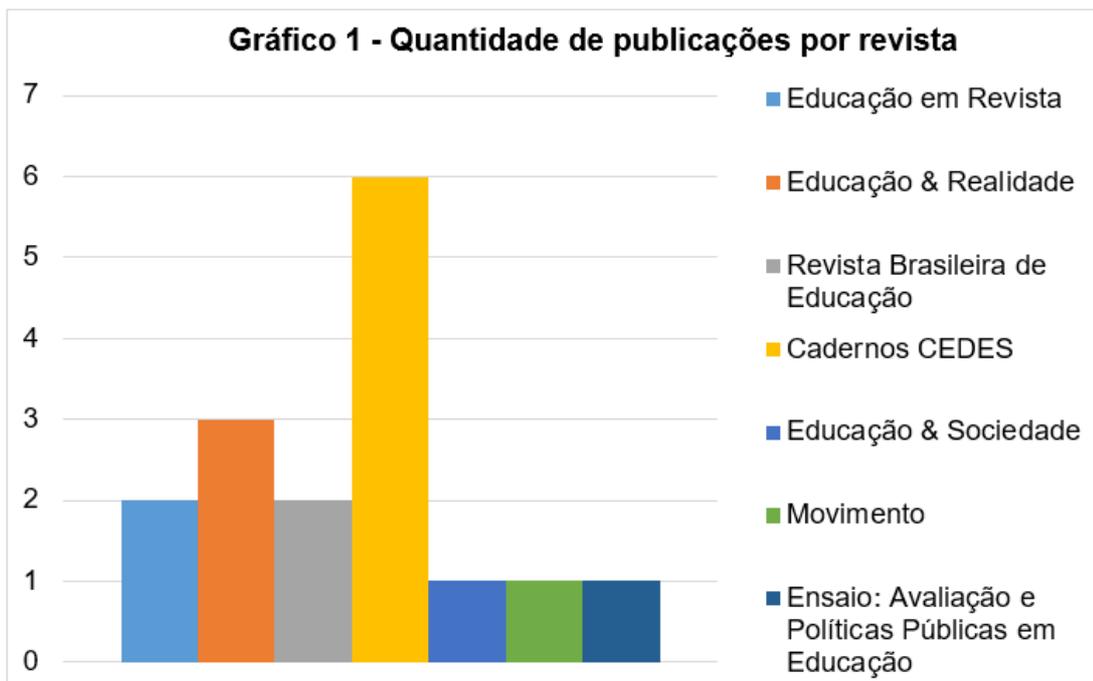
A literatura discute as definições de “Educação Integral” e “Educação de Tempo Integral”. Guará (2006) e Coelho (2009) apontam que a educação integral visa uma formação abrangente do ser humano, enquanto a educação em tempo

integral se refere ao aumento da carga horária escolar. A literatura revela a complexidade desses conceitos, apresentando uma diversidade de enfoques e metodologias.

Este trabalho realizou um levantamento nas publicações acadêmicas de 2019 a 2024 na plataforma SciELO, focando em artigos sobre “educação integral”, “tempo integral”, “educação em tempo integral” e “educação de tempo integral”. A revisão busca mapear as principais perspectivas contemporâneas sobre o tema, identificar tendências e lacunas na pesquisa, e discutir as implicações para a prática educacional. A seguir, serão apresentados os resultados preliminares da pesquisa e a análise das concepções presentes na literatura.

## 2 PANORAMA DA PESQUISA: METODOLOGIA E RESULTADOS

Diante do contexto apresentado, foi realizada uma busca no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 para identificar referências ao termo "integral". Utilizando as palavras-chave "educação integral", "tempo integral", "educação em tempo integral" e "educação de tempo integral" na plataforma SciELO, e aplicando o operador booleano "OR", foram encontrados 197 artigos. Após eliminar links repetidos ou inativos, restaram 185 artigos. A pesquisa foi refinada para artigos publicados no Brasil, entre 2019 e 2024, em português, nas áreas “educação” ou “educacional”. A inclusão foi baseada na presença das palavras-chave no título ou resumo, com foco específico em educação integral ou tempo integral na educação básica. Aplicando esses critérios, foram selecionados 16 artigos, cuja distribuição por quantidade de publicações por revista está ilustrada no Gráfico 1.



Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada

do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme a NBR 6024, que variam em função da abordagem do tema e do método.

A maioria das publicações analisadas foi de 2019, com destaque para a revista Cadernos CEDES. Em 2019, foram publicados 7 dos 16 artigos, sendo 6 em Cadernos CEDES e 1 na Educação e Realidade. A análise dos artigos revela tendências e contribuições significativas para a educação integral e o tempo integral.

## 2.1 CONCEPÇÕES PRESENTES NA LITERATURA

A literatura sobre educação integral destaca a formação completa do ser humano, incluindo aspectos sociais, emocionais, físicos, éticos e morais, além da instrução acadêmica. Há um consenso crescente sobre a importância da participação comunitária na educação holística, visando uma formação enriquecedora e completa para os alunos. Para aprofundar o estudo dessas concepções, os artigos listados na tabela a seguir foram avaliados, com seus títulos e identificações que serão usados ao longo do texto.

**Tabela 1 – Identificação do Artigos pelo Título**

IDENTIFICAÇÃO	TÍTULO
Artigo 1	A concepção cívico-militar de educação Integral e(m) tempo integral.
Artigo 2	A formação humana integra a educação integral? O que as práticas pedagógicas têm a nos dizer.
Artigo 3	A formação humana integral diante de retrocessos sociais.
Artigo 4	A Revolução Francesa e a educação integral no Brasil: da concepção ao conceito.
Artigo 5	Ampliação da jornada das escolas públicas brasileiras: um panorama de políticas e discursos.
Artigo 6	Comitês de educação integral: mo(vi)mentos dos/nos documentos editados pelo ministério da educação.
Artigo 7	Educação em Tempo Integral no Ensino Médio: a experiência de Minas Gerais.
Artigo 8	Educação integral, escola de tempo integral: um diálogo sobre os tempos.
Artigo 9	Educação integral, institucionalização do tempo livre: outras lógicas educacionais no contexto luso-brasileiro.
Artigo 10	Ensino em tempo integral e segmentação da oferta: análise dos programas ETI e PEI na rede pública estadual de São Paulo.
Artigo 11	Escola de tempo integral versus formação humana integral: experiências de uma escola do município de Campinas, São Paulo.
Artigo 12	Formar pessoas melhores - as práticas corporais na escola de educação integral em tempo integral.
Artigo 13	Formar que cidadão - Concepções presentes na proposta curricular das escolas em tempo integral da Paraíba.
Artigo 14	Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral.
Artigo 15	O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres.
Artigo 16	Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios.

Dentre as concepções presentes na literatura acerca dos textos da tabela, destacam-se:

**1. FORMAÇÃO HOLÍSTICA E MULTIDIMENSIONAL:** A educação deve transcender a instrução acadêmica, promovendo o desenvolvimento global do indivíduo, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais. O Programa Escola Cidadã Integral (ECI) exemplifica essa abordagem ao integrar a formação acadêmica com práticas cidadãs e responsabilidade social, preparando os alunos para um papel ativo na sociedade (Artigos 1, 2, 3, 8, 12, 13 e 16).

**2. AMPLIAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR:** A extensão do tempo escolar amplia oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, com atividades extracurriculares e apoio adicional. A diversificação curricular é essencial para a formação integral, e a gestão educacional deve focar em integrar a educação às necessidades dos alunos (Artigos 5, 7, 15).

**3. INTEGRAÇÃO DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL:** A aprendizagem deve ocorrer em parceria entre a escola e diversos serviços. É essencial integrar diferentes ambientes educativos para a formação integral do aluno, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem (Artigo 5, 9).

**4. EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO RESPOSTA A DESIGUALDADES:** A educação integral é discutida como uma resposta às desigualdades sociais, priorizando áreas de vulnerabilidade. A exemplo, o Programa Mais Educação que buscava incluir e conectar a realidade social dos estudantes, mas em 2016 sofreu retrocessos, comprometendo o avanço na garantia de direitos (Artigo 15).

**5. CONCEPÇÕES E CRÍTICAS:** As análises revelam diferentes concepções de educação integral, desde a perspectiva liberal, centrada no desenvolvimento individual e na participação ativa, mas com risco de gerar cidadania passiva, até a abordagem socialista, que busca reduzir desigualdades, mas é criticada por modelos assistencialistas. Propõe-se uma gestão educacional colaborativa para adaptar a formação às necessidades reais dos alunos (Artigos 4, 10, 11, 13, 14)."

**6. GESTÃO VERTICALIZADA E MILITARIZAÇÃO:** Nesse modelo, professores civis gerenciam o aspecto didático-pedagógico, enquanto os militares apoiam a integração escolar. Críticos alertam que isso pode levar à militarização, visando formar cidadãos obedientes e restringindo a autonomia escolar (Artigo 1).

**7. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMITÊS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL:** Sugere-se uma abordagem colaborativa e participativa na gestão educacional, envolvendo a comunidade na construção e implementação das políticas de educação em tempo integral (Artigo 6).

- 8. EDUCAÇÃO ECOSISTÊMICA E GOVERNANÇA:** Considera a complexidade do sistema educacional e a importância da governança participativa, adaptando-se às realidades locais e desafios enfrentados pelas escolas (Artigo 14).
- 9. CAPACITAÇÃO PARA NOVAS METODOLOGIAS E INTERDISCIPLINARIDADE:** A formação docente deve capacitar professores para adotar práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento global dos alunos. A formação contínua e a atualização metodológica são essenciais para a educação integral (Artigo 11).
- 10. PREPARAÇÃO PARA CONTEXTOS DIVERSOS:** A formação de professores deve conectar-se à realidade social dos alunos e à cultura local. Investir em formação continuada e valorização profissional é essencial para a eficácia dos programas educacionais (Artigos 5, 15 e 16).
- 11. CRÍTICAS À ESTRUTURA ESCOLAR:** A infraestrutura inadequada é criticada pois afeta a qualidade do ambiente de aprendizagem, impactando negativamente a experiência educacional e de trabalho de alunos e professores devido à falta de recursos e manutenção. (Artigos 7, 10, 11 e 14).
- 12. RELAÇÕES DE TRABALHO DOCENTE:** Os desafios incluem a falta de jornada integral prevista e a exigência do Regime de Dedicção Plena e Integral, com avaliação contínua (Artigos 10, 16).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, a educação integral é abordada de maneira diversificada na literatura, refletindo uma grande quantidade de práticas e conceitos destinados a promover uma formação integral dos estudantes. Cada abordagem oferece uma perspectiva única sobre como atingir essa meta, destacando tanto os benefícios quanto as limitações dos modelos propostos.

Os artigos analisados discutem a gestão educacional em diferentes contextos, desde modelos verticalizados e militarizados até abordagens participativas e críticas. A gestão é crucial para a implementação eficaz da educação integral, impactando a organização curricular e a integração com a comunidade. Contudo, a ampliação da carga horária escolar, por si só, não garante uma melhoria na qualidade da educação. Para ser efetiva, deve ser acompanhada de melhorias estruturais e da capacitação adequada de docentes, gestores e funcionários.

A Reforma do Ensino Médio de 2017, estabelecida pela Lei nº 13.415/2017, enfatiza a necessidade de investimentos adicionais para melhorar a infraestrutura e o investimento por aluno. No entanto, observou-se um contraste entre a expansão

da carga horária e os cortes nas verbas para a educação nos últimos governos. A falta de coordenação na implementação da nova política gerou dificuldades nas escolas, com um currículo precarizado nas públicas comparado ao das grandes redes privadas. Para alcançar as metas de melhoria da educação pública, é essencial uma coordenação eficaz em nível federal, em colaboração com as secretarias municipais e estaduais, estabelecendo critérios, metas e financiamento, constantemente monitorados e revisados.

A literatura também diferencia os conceitos de "educação integral" e "educação de tempo integral". Embora distintos, ambos são discutidos como formas de promover a melhoria educacional. É crucial que debates sobre ampliação do tempo ou formação holística incluam garantias de dinamismo nas atividades, evitando uma abordagem uniforme que não atenda às necessidades locais. Exemplos como a Escola-Parque de Brasília, apresentado por Wiggers (2023), que oferece currículos diversificados como artes visuais e fotografia, podem servir de modelo para adaptações conforme as realidades locais.

Além disso, a formação de professores é um ponto fundamental. É essencial planejar atividades de formação continuada em parceria com universidades, preparando os docentes para os diversos contextos. Atualizar os professores sobre metodologias inovadoras é vital para que as práticas sejam efetivamente implementadas e melhorem o aprendizado dos alunos. Outro aspecto pouco explorado na literatura são as relações trabalhistas, fundamentais para avaliar como o tempo integral impacta o trabalho docente e os reflexos na qualidade do ensino.

Concluindo, a revisão dos artigos mostra que, embora as políticas de educação integral e em tempo integral tenham um potencial promissor para melhorar a qualidade da educação, sua implementação bem-sucedida requer uma abordagem integrada. Esta deve considerar a complexidade do sistema educacional nacional e a diversidade das realidades locais. A continuidade da pesquisa e a avaliação crítica são essenciais para aprimorar as práticas educacionais e assegurar que as políticas cumpram os objetivos de uma formação integral e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila Raquel Benevenuto de; DUARTE, Adriana Maria Cancellata. C.. Educação em Tempo Integral no Ensino Médio: a experiência de Minas Gerais. **EDUCAÇÃO & REALIDADE**, v. 48, p. e120376, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/KvsxmbGpMxj5BgvCLkYvWXN/abstract/?lang=pt#>. Acessado em: 25 jul. 2024.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**, LDB. 9394/1996. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB\\_7ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf). Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a reforma do ensino médio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm?msckid=99fb7879d0c211ec91a329a85274182b](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm?msckid=99fb7879d0c211ec91a329a85274182b). Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acessado em 20 jul. 2024.

CARVALHO, Levindo Diniz; RAMALHO, Bárbara; SANTOS, Kildo Adevair dos. O Mais Educação na América Latina: legados a infâncias e juventudes pobres. **EDUCAÇÃO & REALIDADE**, v. 44, n. 1, p. e80711, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/SL9FgVB33jFmqR7Rzn9bbM/#>. Acessado em: 27 jul. 2024.

CARVALHO, Renata de Oliveira; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. “FORMAR PESSOAS MELHORES?” AS PRÁTICAS CORPORAIS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL. **MOVIMENTO**, v. 28, p. e28061, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/sW4Vkj9mhwTNv5Kb8jHNWy/#>. Acessado em: 26 jul. 2024.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa (Org.). **EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS EM PROCESSO**. 1. ed. Petrópolis: DP et Allí; Rio de Janeiro: Faperj, 2009. 240 p.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti; JORGE, Isabel Furlan; OLIVEIRA, João Victor Pavesi de. Ensino em tempo integral e segmentação da oferta: análise dos programas ETI e PEI na rede pública estadual de São Paulo. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, v. 27, p. e270078, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gqYH5RfVNbvyzGStRB7f6FG/#>. Acessado em: 25 jul. 2024.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **CADERNOS CENPEC – EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-24, 2006. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168/197>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MACIEL, Antônio Carlos; BOTELHO, Arminda Rachel; SILVA, Cintia Adélia da. A REVOLUÇÃO FRANCESA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: DA CONCEPÇÃO AO CONCEITO. *Educação em Revista*, v. 36, p. e236125, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/SYBvTGDZbZYWcbRKSQPCJJM/#ModalTutors>. Acessado em: 21 jul. 2024.

MENEZES, Janaína Specht Da Silva; JÚNIOR, Carlos Antônio Diniz. COMITÊS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: MO(VI)MENTOS DOS/NOS DOCUMENTOS EDITADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação em Revista*, v. 36, p. e230051, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/9tHhGZrHQ4RGQkDwBtKWDXx/?lang=pt#>. Acessado em 23 jul. 2024.

MESSA, Elaine Cristina Panini. et al.. ESCOLA DE TEMPO INTEGRALVERSUS FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL: EXPERIÊNCIAS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, SÃO PAULO. *CADERNOS CEDES*, v. 39, n. 108, p. 193–208, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/nXwqZgnCHsWk7bCSJ9Mw4ky/?lang=pt#>. Acessado em: 25 jul. 2024.

MODESTO, Crislaine Matozinhos Silva; MAZZA, Débora; SPIGOLON, Nima Imaculada. A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL DIANTE DE RETROCESSOS SOCIAIS. *CADERNOS CEDES*, v. 39, n. 108, p. 161–176, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/6X3GHVPZZjvc89fkNkj4Cyj/?lang=pt#>. Acessado em: 21 jul. 2024.

NAJJAR, Jorge; MOCARZEL, Marcelo; MORGAN, Karine. Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. *ENSAIO: AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO*, v. 28, n. 109, p. 1033–1053, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/S3rw7BMBkxCsdsS7XygDBvh/#>. Acessado em: 28 jul. 2024.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; CHAGAS, Liliane Alves; CALABRIA, Thiago Luis Cavalcanti. Formar que cidadão? Concepções presentes na proposta curricular das escolas em tempo integral da Paraíba. *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO*, v. 28, p. e280111, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/z4DcLzn4y4mkP96sKnhnG7M/#>. Acessado em: 26 jul. 2024.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. et al.. EDUCAÇÃO INTEGRAL, INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TEMPO LIVRE: OUTRAS LÓGICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO. *CADERNOS CEDES*, v. 39, n. 108, p. 145–160, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/hpkSj3wHYLmbhFfHKSYX5XN/#>. Acessado em 25 jul. 2024.

ROVERONI, Mariana; MOMMA, Adriana Missae; GUIMARÃES, Bruna Cirino. EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: UM DIÁLOGO SOBRE OS TEMPOS. **CADERNOS CEDES**, v. 39, n. 108, p. 223–236, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/s9H3HrY6rx9XKsgz58jNrhs/#>. Acessado em: 25 jul. 2024.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A CONCEPÇÃO CÍVICO-MILITAR DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e268987, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/JXDMYpCR7xk4GLKSMcnYmhD/?lang=pt#>. Acessado em: 20 jul. 2024.

SOUZA, Maria Thereza C. C. de. Temas transversais em educação: Bases para uma educação integral. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 179–183, abr. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gm5gDCpgqXKryDJf9rDKytf/>. Acessado em: 20 jul. 2024.

VARANI, Adriana; CAMPOS, Cristina Maria; ROSSIN, Elizabeth. A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRA A EDUCAÇÃO INTEGRAL? O QUE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TÊM A NOS DIZER. **CADERNOS CEDES**, v. 39, n. 108, p. 177–192, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jJDVLwBtf5NqqK3ghXM5cfF/?lang=pt#>. Acessado em: 20 jul. 2024.

WATHIER, Valdoir Pedro; CUNHA, Célio da. Novo Ensino Médio: análise da política de escolas em tempo integral. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e119386, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Jdd6KNrCfsqbMbKxBpt5fPF/#>. Acessado em: 27 jul. 2024.

WIGGERS, Ingrid Dittrich. Memórias da Escola-Parque de Brasília / Ingrid Dittrich Wiggers. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023. 208 p.

ZAPLETAL, Patrícia Peixoto; MACHADO, Adriana Marcondes. AMPLIAÇÃO DA JORNADA DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM PANORAMA DE POLÍTICAS E DISCURSOS. **CADERNOS CEDES**, v. 39, n. 108, p. 209–222, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/CR3ZGsStmsd9q3xcLYYFn5g/#>. Acessado em: 22 jul. 2024.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Integral. Tempo Integral. Revisão de Literatura.